

# Carta fica pronta na quinta-feira

Promessa é de Ulysses, que convoca sessões noturnas a partir de hoje

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), convocou sessões noturnas a partir de hoje, a fim de que a votação em segundo turno do projeto constitucional esteja concluída na próxima quinta-feira. Ele informou, no início da sessão da tarde de ontem, que restavam 365 destaques para serem apreciados. No começo da noite, satisfeito, anunciou que já haviam sido votados 56 destaques — 26 a mais do que a meta estabelecida.

Ulysses sugeriu aos constituintes "um trabalho contra o desperdício". Sustentou que todos os parlamentares, a começar pelo presidente, deveriam estar em plenário nas horas marcadas para a votação — 10h e 15h30. Com esta medida, não será necessária a verificação de quorum — que leva entre 15 e 20 minutos, ao contrário da votação, que dura 4 minutos em média. Para economizar tempo, Ulysses defendeu também que os constituintes ocupem as bancadas — lembrando que os postos

avulsos existem porque há um déficit de 100 lugares no plenário.

Outra sugestão de Ulysses foi a redução do número de oradores no encaminhamento das votações. Calculados os minutos que deixarão de ser gastos, Ulysses informou que para a votação de 365 destaques seriam necessárias onze sessões para o término dos trabalhos. Ele lembrou que muitos destes destaques, que estão ordenados para votação, não serão necessariamente apreciados — há os casos de ausência dos autores dos pedidos, os de desistência, e os de reunião de emendas. Como já estavam previstas sessões pela manhã e à tarde Ulysses concluiu que com a realização de sessões noturnas será possível terminar a votação no próximo dia 1º.

Ao encerrar a votação ontem pouco depois das 20h, com quorum suficiente para o prosseguimento dos trabalhos, Ulysses explicou que o fazia para que os líderes pudessem negociar os pontos mais polêmicos.

EUGENIO NOVAES



Ulysses decide a ordem de votação com Delfim e o secretário Paulo Afonso: luz no fim do túnel

## Final feliz sobe astral

Quem estava acostumado com um Ulysses Guimarães sempre sisudo e obstinado em acelerar o ritmo dos trabalhos, tem se surpreendido desde o fim de semana: a proximidade do encerramento da Constituinte e a obtenção de quorum alto durante sete dias consecutivos, inclusive sábado, domingo e segunda, dias tradicionalmente vazios, revelaram um "doutor" Ulysses bem-humorado e descontraído.

Na sessão da manhã de ontem, Ulysses, 71 anos, às 10h15 subiu correndo as escadas que levam à Mesa do plenário enquanto os poucos parlamentares presentes se utilizavam do horário do "pinga-fogo" para os seus pronunciamentos e comunicações. O deputado Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG) se preparava para substituir Solon Borges dos Reis (PTB-SP) no microfone de apertar, quando Ulysses interrompeu:

— Vossa Excelência será o último a discursar. Depois faremos a verificação de quorum.

— Senhor presidente, eu pediria que Vossa Excelência permitisse o prosseguimento das comunicações enquanto os demais parlamentares se dirigem para cá — retrucou Luiz Alberto.

— Não, o senhor é o último. Se ouvirem lá fora que está havendo "pinga-fogo" ninguém vem para cá — encerrou o presidente da Constituinte, arrancando risos.

"Popularidade" — na condução das votações, a seriedade de Ulysses Guimarães tem cedido lugar à descontração, com algumas brincadeiras.

Depois de chamar três vezes o deputado Samir Achaia para defender uma emenda supressiva que apresentaria ao capítulo da mineração, Ulysses não resistiu ao constatar que a ausência do parlamentar paulista — que na semana passada afastou uma de suas secretárias que posara nua para a revista Playboy, provocava gritos do plenário de "Achau-a": "Estou vendo que é um nome muito popular o deste constituinte", comentou.

Até mesmo num dos momentos que considera mais sérios, o do controle do tempo dos oradores, Ulysses tem encontrado espaço para "piadinhas". O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) havia se excedido no tempo de defesa de uma de suas emendas tentando tirar da empresa brasileira de capital nacional o monopólio da exploração de minérios, apesar da intermitente campanha que o presidente da Constituinte fez soar. Foi quando o constituinte Luiz Salomão (PDT-RJ) levantou uma questão de ordem:

— Peço que Vossa Excelência seja mais rigoroso no controle do tempo.

— Mais rigoroso do que já sou só se o senhor me ajudar a retirar os oradores da tribuna — propôs Ulysses.

Mas o plenário se divertiu mesmo com o presidente da Constituinte na sessão de ontem, quando os parlamentares já estavam ansiosos pelo final das votações. Ulysses, percebendo a pressa dos constituintes, se apressou em fazer um comunicado:

— Calma, calma. Só faltam duas... rapidinhas.

## Só a empresa nacional pode explorar minério

Somente brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional poderão explorar as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, mediante autorização ou concessão da União, em função do interesse nacional. A nacionalização da pesquisa, da lavra dos recursos e do aproveitamento dos potenciais foi confirmada ontem pelo plenário da Constituinte, garantindo basicamente todo o texto aprovado durante o primeiro turno de votação.

A decisão tomada no primeiro turno orientou a votação de ontem, graças a um acordo assinado por todas as lideranças partidárias. O documento, não sustentado pela liderança do PFL, garantiu as restrições ao capital estrangeiro na exploração mineral do País, ressaltando nas Disposições Transitórias, as atuais autorizações e concessões que devem, nos quatro anos seguintes à promulgação da Constituição, direcionar o produto de sua lavra e beneficiamento à industrialização no território nacional. Fica assim vedada a exportação da matéria bruta extraída por empresas concessionárias e autorizadas.

As jazidas, minas e de-

vo representava um "engessamento" da atividade. O destaque defendido por Soyer foi rejeitado por 283 votos contra 79 e três abstenções, sob os aplausos do plenário.

Outra proposta, defendida pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG), visava suprimir as expressões "de capital nacional" do dispositivo que determina as concessões e autorizações, que terão prazo determinado, também obedecerá lei própria, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas.

A grande maioria das emendas destacadas sobre este texto visava abrir a exploração dos recursos minerais à participação de empresas estrangeiras, sob o argumento dos defensores desta tese de que a medida atenderia "aos anseios do real interesse nacional", como disse o deputado Luiz Soyer (PMDB/GO). Ele declarou que a restrição das concessões e autorizações a empresas brasileiras de capital nacional não interessa ao empresário do País. O relator Bernardo Cabral esclareceu que o dispositi-

## Micros gozarão de facilidades

As micro e pequenas empresas têm assegurada, constitucionalmente, a simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou até a eliminação ou a redução destes deveres por meio de lei ordinária. Estas disposições ficaram garantidas ontem pelo plenário da Constituinte, com a aprovação de um artigo que obriga a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a dispensarem em tratamento jurídico diferenciado às micro e pequenas empresas através destes incentivos.

Com esta decisão, o plenário tornou constitucional o tratamento especial destinado às micro e pequenas empresas através de legislação específica. Ficou definido ainda que o atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, por autoridade administrativa ou judicial estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País, dependerá de autorização do poder competente.

## Fica proibido fazer a bomba

Depois de proibir constitucionalmente a fabricação da bomba atômica no Brasil, permitindo no título da Organização do Estado que a atividade nuclear só seja utilizada para fins pacíficos, o plenário da Constituinte confirmou ontem o monopólio da União sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e materiais nucleares e seus derivados. Não houve qualquer proposta de emenda à matéria.

As disposições sobre as atividades nucleares, da pesquisa ao comércio dos derivados radioativos, figura entre as competências e os monopólios da União. Pelo texto aprovado ontem, está nacionalizada a pesquisa e a lavra de todos os recursos minerais. O plenário da Constituinte aprovou também um dispositivo que prevê a elaboração de lei ordinária para regular o transporte e a utilização de materiais radioativos em território nacional.

## Dois terços do PMDB apoiarão dois turnos

A disputa ideológica verificada ontem no Plenário da Constituinte, pela votação da Reforma Agrária, cede espaços, hoje, à disputa de interesses locais. Em pauta, a definição da realização, ou não, de eleições em dois turnos nos municípios brasileiros. Mais uma vez, o fiel da balança será o PMDB, que dividido, poderá definir o placar nessa votação. Uma amostragem feita pelo Constituinte Mendes Ribeiro (PMDB-RS) indica que dois terços da bancada peemedebista são favoráveis aos dois turnos.

"Uma coisa é a regra, outra é sua aplicabilidade de imediato", antecipa o deputado ao lembrar que a amostragem não reflete os interesses mais urgentes de seus colegas de partido. Isso significa que muitos desses peemedebistas, largamente favoráveis aos dois turnos, não o querem nas eleições municipais deste ano. Como não há mais a possibilidade de executar a aplicação do dispositivo no pleito de 15 de novembro próximo, a alternativa é suprimi-lo do texto permanente, comprometendo, desta forma, as eleições futuras.

Por outro lado, duas lideranças de peso, no interior do partido, podem conduzir a opção de muitos peemedebistas. De início, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, é inteiramente favorável aos dois turnos e ainda, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, cuja bancada na Assembleia Constituinte é numericamente superior às demais. Ao candidato de Quercia, o ex-secretário de Estado, João Leiva, em nada interessa os dois turnos, especialmente, pelos dados divulgados recentemente, dando como favorito na preferência do eleitorado paulistano, o ex-

governador Paulo Maluf.

Até mesmo quem pretende eliminar o dispositivo do texto não está tão confiante, como revela o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Ontem, segundo avaliação sua, o grupo que segue essa orientação contava com certos, algo em torno de 240 a 250 votos. Os outros 30 — eles precisam ter em plenário 280, se querem aprovação da emenda supressiva — estão flutuando, boa parte no PMDB.

Nesse grupo ainda existe a esperança de um acordo de última hora para tentar introduzir no Capítulo das Disposições Transitórias, um artigo vedando aplicação dos dois turnos nas próximas eleições (assegurando o dispositivo no texto

permanente). Acreditam nessa possibilidade, o PFL e o PDT. Mas será muito difícil convencer, pelo menos uma liderança que conduz 50 votos. O deputado Artur da Távola (RJ), líder do PSDB que rejeitou, mais uma vez ontem, qualquer negociação que implique no não aplicação dos dois turnos este ano. "É uma questão programática, essencial e democrática", disse.

Os tucanos, aliás, acreditavam, até ontem que o pretexto dos sucessivos adiamentos da matéria regulamentando os dois turnos partia de uma estratégia que visava reunir temas polêmicos, como reforma agrária e conceito de empresa nacional, em um dia só, em uma só votação. A chamada sessão boeing.

Os enormes interesses municipais, segundo definiu o vice-líder do PFL, deputado José Lins (CE), serão definidos hoje. O PFL e o PDS, contam também com o apoio do PTB e PDT, para derrubar os dois turnos.

## Fatura o capital nacional

Sob acusações de corrupção de lado a lado, a Constituinte colocou ponto final em mais uma questão polêmica. Aprovou ontem à noite a obrigatoriedade do Poder Público dar "tratamento preferencial" às empresas brasileiras de capital nacional, todas as vezes em que for comprar bens ou contratar mão-de-obra. O texto aprovado em primeiro turno sofreu uma modificação, permitindo dessa forma que o dispositivo seja regulamentado por lei ordinária.

Esse foi o tema mais discutido depois da reforma agrária (ver página 4). O Plenário teve que rejeitar primeiramente uma fusão de emendas de oito parlamentares, que pretendiam suprimir todo o parágrafo. Em seguida, outra fusão sugeria que fosse retirado do texto o termo "de capital nacional". Somente na terceira votação é que se conseguiu pôr fim ao assunto, com a aprovação de uma emenda do senador Severo Gomes (PMDB-SP), que mantém o princípio de proteção às empresas nacionais e remete para a lei a regulamentação da matéria.

Dessa forma, o parágrafo segundo do artigo 177 passa a ter a seguinte redação — "Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional". O resultado — 367 votos favoráveis, 37 contrários e 12 abstenções — só foi conseguido depois de várias discussões, que levaram constituintes nacionalistas e adeptos do livre mercado a se acusarem mutuamente de corrupção. Segundo Ronaldo César Coelho, por exemplo, a permanência do texto constitucional seria uma demonstração de que os constituintes esta-



Ponte

riam se deixando levar por "interesses pessoais e escusos".

O líder do PFL foi um pouco além — "essa é uma proteção nefasta, é a instituição da corrupção de amanhã". Foi rebatido pelo deputado Luis Salomão, que disse estar falando em nome de Nelson Friedrich e Vladimir Palmeira. Ele afirmou que as acusações de corrupção a que se referia Lourenço deveriam ser comuns na Bahia, "de onde ele veio", e, ainda, "ele deve entender bem o que está falando". Por fim, quando já estavam em processo de votação, o deputado Luis Roberto Ponte voltou a levantar a lebre. Falando como presidente de uma entidade nacional de empreiteiros, ele disse que a matéria em questão não era de interesse de sua categoria, e que votaria contra.

A análise do texto demonstra que o mercado brasileiro não estará fechado para as multinacionais, como queriam fazer entender os defensores da supressão do parágrafo. Apenas obriga uma "preferência" para o capital nacional.



Passarinho

contratos de risco feitos com a Petrobrás, para pesquisa de petróleo, que estejam em vigor na data da promulgação da Carta. Também em relação ao

monopólio da União sobre a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, ficam excluídas as refinarias em funcionamento no País. Estas exceções estão definidas nas Disposições Transitórias e já estão garantidas.

A emenda defendida pelo senador Jarbas Passarinho visava suprimir as expressões "ou em valor" do dispositivo que acaba com os contratos de risco, possibilitando assim, à União, ceder ou conceder participação em valor na exploração de jazidas petrolíferas, através de contratos de empreitada. O senador garantiu que sua posição contra os contratos de risco é histórica, mas que as novas disposições constitucionais irão "manter a Petrobrás".